

CÂMARA DOS DEPUTADOS

MANHÃ

Aplicação: 2014

PROVA DISCURSIVA P_3

Leia com atenção as instruções abaixo.

- 1** Ao receber este caderno de prova, confira inicialmente se os seus dados pessoais e os dados do cargo para o qual você concorre, transcritos acima, estão corretos e coincidem com o que está registrado no seu Caderno de Textos Definitivos da prova discursiva P_3 . Confira também o seu nome em cada página numerada deste caderno de prova. Em seguida, verifique se ele contém as propostas para a elaboração de uma dissertação e um discurso, correspondentes à prova discursiva P_3 , acompanhadas de espaços para rascunho, de uso opcional. Caso o caderno esteja incompleto, tenha qualquer defeito e(ou) apresente divergência quanto aos seus dados pessoais ou aos dados do cargo para o qual você concorre, solicite ao fiscal de sala mais próximo que tome as providências cabíveis, pois não serão aceitas reclamações posteriores nesse sentido.
- 2** Não serão fornecidas folhas suplementares nem para rascunho nem para texto definitivo da prova discursiva.
- 3** Não se comunique com outros candidatos nem se levante sem autorização de fiscal de sala.
- 4** Na duração da prova, está incluído o tempo destinado à identificação — que será feita no decorrer da prova — e à transcrição dos textos para o Caderno de Textos Definitivos da prova discursiva P_3 .
- 5** Ao terminar a prova, chame o fiscal de sala mais próximo, devolva-lhe o seu Caderno de Textos Definitivos e deixe o local de prova.
- 6** A desobediência a qualquer uma das determinações constantes em edital, no presente caderno ou no Caderno de Textos Definitivos poderá implicar a anulação da sua prova.

OBSERVAÇÕES:

Não serão conhecidos recursos em desacordo com o estabelecido em edital.

É permitida a reprodução deste material apenas para fins didáticos, desde que citada a fonte.

Informações adicionais: telefone 0(XX) 61 3448-0100; sac@cespe.unb.br; Internet — www.cespe.unb.br.

PROVA DISCURSIVA P₃

- Nesta prova, faça o que se pede, usando, caso queira, os espaços para rascunho indicados no presente caderno. Em seguida, transcreva os textos para o **CADERNO DE TEXTOS DEFINITIVOS DA PROVA DISCURSIVA P₃**, nos locais apropriados, pois não serão avaliados fragmentos de texto escritos em locais indevidos.
- Tanto na dissertação quanto no discurso, o texto cuja extensão esteja aquém da extensão mínima de **100 linhas**, prevista em edital, será apenado, e qualquer fragmento de texto que ultrapassar a extensão máxima de linhas disponibilizadas será desconsiderado. Será também desconsiderado o texto que não for escrito nas **folhas de texto definitivo** correspondentes.
- No **caderno de textos definitivos**, identifique-se apenas no cabeçalho da primeira página, pois não será avaliado texto que tenha qualquer assinatura ou marca identificadora fora do local apropriado. Caso algum texto definitivo tenha de ser assinado, use apenas o nome **Consultor Legislativo**. Ao texto que contenha outra forma de identificação será atribuída nota zero, correspondente à identificação do candidato em local indevido.
- Na dissertação, ao domínio do conteúdo serão atribuídos até **60,00 pontos**, dos quais até **3,00 pontos** serão atribuídos ao quesito apresentação (legibilidade, respeito às margens e indicação de parágrafos) e estrutura textual (organização das ideias em texto estruturado). Para o discurso, esses valores corresponderão a **40,00 pontos** e **2,00 pontos**, respectivamente. Também no discurso, do total de até **40,00 pontos** para o domínio do conteúdo, até **2,00 pontos** serão atribuídos ao quesito domínio da linguagem do discurso parlamentar.

DISSERTAÇÃO

Oficialmente, compete ao Poder Judiciário aplicar o direito ao caso concreto, mediante a exegese das normas constitucionais. Do ponto de vista informal, qualquer ser pensante que se depare com problemas jurídico-constitucionais tem o dever, se não a missão, sacrossanta, de pré-compreender o que está escrito nas constituições. Essa foi a mensagem que Peter Häberle procurou transmitir com a tese da sociedade aberta dos intérpretes da constituição.

Uadi Lammêgo Bulos. **Direito Constitucional ao alcance de todos**. 4. ed., rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2012, p. 167 (com adaptações).

Considerando que o fragmento de texto acima tem caráter unicamente motivador, redija um texto dissertativo acerca do seguinte tema.

A HERMENÊUTICA E A INTERPRETAÇÃO CONSTITUCIONAL NO DIREITO BRASILEIRO

Ao elaborar seu texto, aborde, necessariamente, os seguintes aspectos:

- ▶ diferença entre hermenêutica e interpretação constitucional; [valor: 5,00 pontos]
- ▶ métodos clássicos e modernos de interpretação constitucional; [valor: 26,00 pontos]
- ▶ princípios de interpretação constitucional. [valor: 26,00 pontos]

RASCUNHO – DISSERTAÇÃO – 1/4

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

RASCUNHO – DISSERTAÇÃO – 2/4

31	
32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	
41	
42	
43	
44	
45	
46	
47	
48	
49	
50	
51	
52	
53	
54	
55	
56	
57	
58	
59	
60	

RASCUNHO – DISSERTAÇÃO – 3/4

61	
62	
63	
64	
65	
66	
67	
68	
69	
70	
71	
72	
73	
74	
75	
76	
77	
78	
79	
80	
81	
82	
83	
84	
85	
86	
87	
88	
89	
90	

RASCUNHO – DISSERTAÇÃO – 4/4

91	
92	
93	
94	
95	
96	
97	
98	
99	
100	
101	
102	
103	
104	
105	
106	
107	
108	
109	
110	
111	
112	
113	
114	
115	
116	
117	
118	
119	
120	

DISCURSO

Determinado deputado federal propôs emenda aditiva de Plenário a projeto de suposta nova lei que regulamentará o processo administrativo no âmbito da administração pública federal, para que seja acrescentado artigo com o seguinte teor: "Esta lei não se aplica aos processos administrativos iniciados anteriormente ao início de sua vigência, que serão concluídos nos termos da Lei n.º 9.784, de 29 de janeiro de 1999."

Com base na situação hipotética acima, redija um discurso parlamentar, posicionando-se acerca do acréscimo do supracitado artigo ao projeto da nova lei que regulamentará o processo administrativo no âmbito da administração pública federal, abordando, necessariamente, os seguintes aspectos:

- ▶ sucessão de leis no tempo e relevância do estabelecimento de dispositivos de caráter transitório nos diplomas normativos; **[valor: 10,00 pontos]**
- ▶ princípios da segurança jurídica e da irretroatividade das leis; **[valor: 10,00 pontos]**
- ▶ direito adquirido como direito fundamental a ser respeitado pelo legislador; **[valor: 10,00 pontos]**
- ▶ princípio da proteção do núcleo essencial dos direitos fundamentais e direito adquirido. **[valor: 6,00 pontos]**

RASCUNHO – DISCURSO – 1/4

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

RASCUNHO – DISCURSO – 2/4

31	
32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	
41	
42	
43	
44	
45	
46	
47	
48	
49	
50	
51	
52	
53	
54	
55	
56	
57	
58	
59	
60	

RASCUNHO – DISCURSO – 3/4

61	
62	
63	
64	
65	
66	
67	
68	
69	
70	
71	
72	
73	
74	
75	
76	
77	
78	
79	
80	
81	
82	
83	
84	
85	
86	
87	
88	
89	
90	

RASCUNHO – DISCURSO – 4/4

91	
92	
93	
94	
95	
96	
97	
98	
99	
100	
101	
102	
103	
104	
105	
106	
107	
108	
109	
110	
111	
112	
113	
114	
115	
116	
117	
118	
119	
120	



cespeUnB

Centro de Seleção e de Promoção de Eventos